

Falta de quórum pára trabalhos da Constituinte

Comissão quer evitar o folclore na nova Carta



BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Somente na próxima semana é que a Constituinte deverá recomençar a votação das Disposições Transitórias da futura Constituição, concluindo o exame de seu artigo terceiro, cujo parágrafo único marca a posse dos prefeitos e vereadores eleitos este ano para o dia 1º janeiro de 89. Ontem, apenas 157 parlamentares estiveram presentes na verificação de quórum feita em plenário pelo vice-presidente da Constituinte, Mauro Benevides. E nada indica que serão atingidos os 280 votos necessários a qualquer deliberação sobre matéria constitucional.

Benevides, que preside pela sétima vez os trabalhos da Constituinte, não gostou quando lhe perguntaram se a falta de quórum se devia à ausência de Ulysses Guimarães, deslocado para a Presidência da República. O senador cearense preferiu responsabilizar as lideranças partidárias, lembrando que várias votações importantes foram realizadas em situações anteriores, como quando Ulysses esteve internado no Instituto do Coração de São Paulo.

Os partidos de oposição tentaram reunir o número necessário para decidir logo a questão das eleições municipais, convencidos de que a ausência dos seus adversários garantiria a realização do pleito. Mas o esforço deverá ser inútil. Amanhã, a sessão da Constituinte será para homenagem póstuma ao senador Virgílio Távora. Ulysses Guimarães reassumirá suas funções na quinta-feira, dia em que começa a debandada dos parlamentares para seus estados de origem.

O senador Mauro Benevides disse ontem que pedirá às lideranças para que convoquem suas bancadas, argumentando que há ainda uma dezena de destaques para serem votados antes da controversa questão da anistia aos militares. Ficou também de atender a um pedido do deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) para que as lideranças dêem prosseguimento às negociações sobre os temas a serem votados. Ele esteve no Ceará, no final de semana, para assistir ao sepultamento de Virgílio Távora e voltou a Brasília no domingo à noite. Logo depois, recebeu um telefonema e um ofício de seu amigo Ulysses Guimarães, passando-lhe formalmente a presidência da Constituinte.

Sobre as punições aos faltosos (cortes das diárias), Benevides disse que "isso é automático". Segundo ele, a Mesa da Constituinte "só faz encaminhar as listas de presença às Mesas da Câmara e do Senado".

Passarinho teme risco de atraso

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Para ver aprovados na Constituinte dispositivos que permitam ao governo desenvolver sua política econômica, o Palácio do Planalto pode incorrer no grave erro de arrastar os trabalhos por um período longo e exaustivo. A advertência partiu do líder do PDS no Senado, Jarbas Passarinho, ao perceber os primeiros sinais dessa manobra que, segundo ele, leva o nome de "emendas modificativas", a serem apresentadas depois de uma mudança no regimento. "Seria uma violência contra o País e contra nós, constituintes, que estamos pensando há mais de um ano", advertiu.

Na previsão do senador, o texto constitucional ficará pronto no final de julho, se for mantido o atual regimento que permite apenas as emendas supressivas. Quando chegar esse momento, em sua opinião, as condições físicas dos constituintes terão se exaurido. "Qualquer tentativa de colocar emendas modificativas vai embolar tudo. Vou trabalhar contra", afirmou Passarinho.

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Acre formando um estado independente do Brasil; o pagamento da dívida externa suspenso por um ano, ou os juros reais limitados a 3%; o território de Fernando de Noronha integrado a Pernambuco ou ao Rio Grande do Norte, e transformado num paraíso do jogo do bicho e dos jogos de azar, liberados; o Piauí beneficiado com o pagamento de apenas metade dos impostos federais. Esses são alguns dos sonhos dos constituintes, em forma de emendas ao texto das disposições transitórias da futura Constituição. Emendas não só polêmicas, mas também folclóricas e casuísticas, a ponto de a liderança do PMDB ter-

se preocupado com elas há dois meses, formando uma comissão a que acabam de se juntar parlamentares de todos os partidos, dispostos a agrupar emendas e eliminar os trens da alegria e as medidas eleitorais.

O próprio texto da Comissão de Sistematização tem pelo menos um artigo considerado estranho: o Colégio Pedro II, do Rio, permanece sob a responsabilidade da União, enquanto os demais estabelecimentos de ensino de 1º e 2º grau são transferidos para os estados e municípios. A inadequação da medida é sempre citada.

O projeto da Sistematização prevê também a estabilidade para os servidores públicos com mais de

cinco anos de serviço. Mas há quem queira, ao mesmo tempo, moralizar o funcionalismo: concurso público para todo mundo é a idéia do deputado Paulo Mincaroni (PMDB-RS), a qual não teria nada de novo não fosse sua retroatividade até março de 1967. Quem não fez concurso, mesmo já tendo 21 anos de serviço, terá de prestá-lo; se não passar no exame, aposentadoria proporcional ao tempo de trabalho.

Não só esses funcionários seriam premiados com aposentadoria por sua ineficiência; também os prefeitos (neste caso, com ou sem eficiência) teriam o benefício de contar em dobro o tempo de mandato para fins de aposentadoria, segundo proposta do deputado Jairo Aziz (PFL-BA).

No plenário, socos e beijos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Número para deliberações não houve, ontem na Constituinte. Até um circuito inteiro do painel eletrônico enguiçou, fazendo aparecer voto-fantasma. Mas houve beijo e soco em plenário.

O beijo foi da deputada Beth Azize (PSB-AM), no rosto do senador Roberto Campos (PDS-MT). Primeiro ela foi ao microfone para "desagrar as mulheres brasileiras", no seu entender, ofendidas em recente artigo do senador publicado na imprensa paulista, sob o título **Elas gostam de apanhar**. "Nenhuma mulher gosta de apanhar", garantiu a deputada.

Depois foi a vez de Roberto Campos, que raramente vai ao microfone. Ele disse que não gosta de ouvir sua própria voz e, além disso, acha muito exíguo o tempo de cinco minutos para expor um raciocínio. Prefere fazê-lo em artigos que publica na imprensa. Explicou não ter tido a intenção de ofender as mulheres. Usou apenas de senso de humor, valendo-se do título de uma peça de seu falecido amigo Nelson Rodrigues, para tecer comentários sobre dispositivos a seu ver impraticáveis que foram aprovados pela Constituinte. O que justificou o título é o que diz que o Estado criará "mecanismos para coibir a violência" no âmbito das relações familiares. "Que mecanismo será este?", perguntou ele, ontem. "Será que tal-

vez alguma algema para colocar nos maridos raivosos?"

Quando o senador concluiu suas explicações, a deputada Beth Azize, como que se desculpando, deu-lhe um beijo no rosto.

Eram poucos os constituintes presentes, mas 27 fizeram questão de falar, o que levou a sessão até depois das 16h30. Foi quando o primeiro-vice-presidente Mauro Benevides (PMDB-CE), na direção dos trabalhos, fez a verificação de presença — com alguma confusão, porque um circuito do computador enguiçou e manteve acesa uma fileira inteira de nomes, no sentido horizontal.

O SOCO

À saída do plenário, o deputado Israel Pinheiro (PMDB-MG) passou perto do deputado Chico Humberto (PDT-MG), um dos principais promotores da idéia de se criar o Estado do Triângulo. Israel não se conteve ao ver o outro deputado falando a jornalistas sobre a divisão de Minas. "Esse cara só sabe latir", comentou, em tom mordaz. "Quem sabe latir é você, que não passa de um suplentezinho de deputado", respondeu Chico Humberto. "Au, au, au", fez Israel, já saindo. "Cachorrinho é a sua avó, a sua mãe", retrucou Chico Humberto. Israel reagiu com um palavrão, e o outro foi para cima dele, dando-lhe um soco. Mário Covas, que passava por ali, segurou Chico Humberto, e outros também intervieram para separar os dois deputados e serenar os ânimos.



André Dusek

Campos explica-se e ganha o beijo da paz de Beth

Visita

O governador do Rio Grande do Norte, Geraldo Melo, visitou ontem o Estado. Foi recebido pelo diretor responsável, Júlio de Mesquita Neto.